
A PRODUÇÃO DA DISTÂNCIA HISTÓRICA ENTRE BRASIL E PORTUGAL: AS DISPUTAS PELO PASSADO COLONIAL¹

Thamara de Oliveira Rodrigues²

RESUMO: Neste artigo procuramos explorar como algumas narrativas centrais à tradição historiográfica luso-brasileira enfrentaram o problema da distancia histórica entre Brasil e Portugal, em especial depois da Independência, objetivando mostrar a complexidade discursiva do nosso processo de emancipação. Simultaneamente, apresentaremos recentes estudos na área da História da Historiografia que têm valorizado a necessidade de se pensar a formação da nação no século XIX a partir do estudo das permanências e descontinuidades discursivas que remontam ao passado colonial.

Palavras-chave: distância histórica, história da historiografia, Independência do Brasil.

THE PRODUCTION OF HISTORIC DISTANCE BETWEEN BRAZIL AND PORTUGAL: DISPUTES FOR COLONIAL PAST

Abstract: In this paper, we explore how some central narratives of Luso-Brazilian historiographical tradition faced the problem of historical distance between Brazil and Portugal, especially after Independence, aiming to show the discursive complexity of our process of emancipation. Simultaneously, we will present recent studies in the history of historiography that have emphasized the necessity of understanding the formation of the nation in the nineteenth century from the study of continuities and discontinuities discursive dating back to the colonial past.

Keywords: historical distance; history of historiography; Independence of Brazil

As narrativas históricas sobre o mundo luso-brasileiro, produzidas por historiadores e publicistas durante o século XIX enfrentaram o processo da ruptura política entre Brasil e Portugal mediante a dúvida sobre o futuro do Império Português constantemente pensada a partir do tema de sua decadência. Neste sentido, as narrativas sobre a Independência e, posteriormente, sobre a constituição

¹ Agradeço ao financiamento da CAPES.

² Mestranda pela UFOP. Professora do curso de pós-graduação em História do Brasil da Universidade Católica de Petrópolis (UCP). thamara_rodrigues@yahoo.com.br

do Estado Nacional brasileiro lidaram com a necessidade de valorizar ou negar a herança colonial portuguesa. Isso configura que a história da separação entre a metrópole lusa e sua colônia americana se desenvolveu em um processo que se prolongou tanto em direção ao passado quanto ao futuro, tendo como marco 1822.

A historiografia social e política muito avançou na compreensão dos eventos e processos relacionados à Independência, mas a história da historiografia apenas recentemente começou a abordar esse período de modo mais sistemático. Neste aspecto, destaca-se a contribuição dos estudos dedicados às práticas historiográficas em vigor no século XVIII, especialmente na Academia Real de História Portuguesa e Academias Luso-Brasílicas dos Esquecidos e Renascidos, demonstrando as interpenetrações ecléticas entre crítica erudita, retórica e providencialismo (KANTOR, 2004; SILVEIRA, 2012). Contribuição semelhante atribui-se àqueles que tematizaram tanto as possibilidades político-historiográficas de fragmentação do Império Luso-brasileiro, quanto as estratégias discursivas de mediação temporal mobilizadas posteriormente à Independência, concebidas como indispensáveis para a formação do Império do Brasil (ARAUJO, 2008; ARAUJO & PIMENTA, 2008; SILVA, 2010; SANTOS, 2010; ROSA, 2011; RANGEL, 2011, VARELLA, 2011; MEDEIROS, 2013; RAMOS, 2013). Estas perspectivas possibilitaram tanto a desnaturalização da formação da nação brasileira, quanto a compreensão das continuidades e descontinuidades discursivas que permitiram a sedimentação e coexistência de práticas historiográficas no Brasil no século XIX.

Desta forma, procuramos neste artigo explorar, em diálogo com parte dos trabalhos mencionados, como algumas narrativas centrais à tradição historiográfica luso-brasileira enfrentaram o problema da distância histórica entre Brasil e Portugal. Distância histórica, aqui, refere-se ao sentimento de temporalidade construída em um relato histórico, uma vez que este relato incorpora as posições dos sujeitos em relação ao passado, ou em outras palavras, é o posicionamento da narrativa favorável ou não em relação a uma herança íntima (PHILIPS, 1997).

As raízes da modernidade ibérica e a busca por um passado útil

Como mencionado anteriormente, as narrativas históricas sobre o mundo luso-brasileiro enfrentaram o processo de Independência do Brasil mediante o

debate acerca da crise portuguesa que caracterizava o país como decadente. Dentre as principais características dessa crise, destacam-se as acusações contra a centralização monárquica durante a época moderna, além da grande influência das ordens religiosas e da pouca importância que a Coroa concedia a assuntos relacionados à indústria e à agricultura no Reino. Esses temas não foram inaugurados no século XIX, mas já vinham sendo discutidos desde o século anterior. As reformas ilustradas empreendidas pelo Marquês de Pombal durante o período josefino foram consideradas por muitos letrados e estadistas uma tentativa de sanar estes problemas.³

Essa crise relaciona-se a um debate sobre as raízes da modernidade no mundo Ibérico, tendo, Portugal e Espanha, desde o século XVI, se tornado alvos para crítica protestante do mundo católico. A Holanda e a Inglaterra foram particularmente bem sucedidas em difundir em toda a Europa uma série de estereótipos negativos que retratavam os papistas espanhóis e portugueses, como fanáticos e supersticiosos, cruéis e ignorantes.

A partir das considerações sobre a cultura ibérica de Montesquieu e Voltaire, por exemplo, a chamada *lenda negra* se intensificou, a despeito das Reformas Bourbon, na Espanha, e a Pombalina, em Portugal, que tentaram amenizar, cada uma a seu modo, a imagem negativa da península diante do mundo europeu. Nas primeiras décadas do século XIX, vários elementos da lenda negra ressurgiram, no entanto, ela começou a permear com mais força a consciência de um setor significativo das próprias elites intelectuais espanholas e portuguesas. A inquisição, a conquista da América, a expulsão dos judeus, as guerras produzidas por Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal), a ausência de uma indústria em detrimento dos metais preciosos das colônias foram associados ao obscurantismo e considerados os principais elementos para explicação da decadência ibérica. Desta forma, um dos desafios da modernidade para o sul da Europa foi lidar com o paradigma de um progresso que passava por uma estrutura religiosa e cultural oposta a encontrada em Portugal e Espanha. Esse paradigma teve um impacto considerável sobre as

³ Ana Rosa Clochet da Silva, em sua obra *Inventando a Nação*, analisou os diferentes cenários políticos, econômicos e sociais que levaram à Independência do Brasil a partir da geração de intelectuais e estadistas luso-brasileiros identificados com o reformismo ilustrado em Portugal e como eles compreenderam e justificaram a crise e a dissolução do Império Português na América. Em seu trabalho, a autora destacou os elementos conflitantes presentes no discurso político do reformismo, o que levou tanto em Portugal quanto no Brasil à fragilidade do ideal imperial, assim como a alteração do absolutismo e a ampliação da ideia de soberania (SILVA, 2006).

revoluções liberais e os movimentos de independência na Ibero-América, em que seus agentes passaram a buscar um passado útil que lhes permitisse inscrever-se na grande corrente da história que estava avançando para o progresso da civilização.⁴

Tais disputas para o alcance deste paradigma levaram Portugal, desde o início do século XVIII, a se preocupar com a construção de uma memória histórica para o Reino. Assim sendo, a criação da Academia Real da História Portuguesa em 1720 e o seu projeto de uma escrita da história eclesiástica e secular pretendeu remediar a pouca notoriedade que as histórias de Portugal tinham no mundo (MOTA, 2003; SILVA, 2009).

As tentativas de compreensão e solução para as sensações de decadência e de crise vividos pelos portugueses tiveram significativa continuidade no reinado de d. Maria I por meio da criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada em 1779. A consciência de crise portuguesa e sua politização discursiva se constituíram, segundo Taíse Silva, a partir da interconexão entre o problema do desenvolvimento econômico e da reforma jurídica do Reino. O reformismo ilustrado apresentou uma forma paradoxal, em que o ambiente letrado, apesar de ampliar o espaço de debate no Reino, tinha o objetivo de restringi-lo e controlá-lo (SILVA, 2010). Se por um lado buscavam defender o absolutismo, por outro criavam condições de disseminar ideias que fragilizavam a soberania do monarca. De forma geral, a experiência ilustrada no final do século XVIII permitiu que parte da elite de Portugal formasse uma consciência nova a respeito dos fundamentos da vida social (KOSELLECK, 1999). Essa consciência adveio da tentativa dessa elite para superar o que consideravam o atraso de Portugal e, deste modo, os trabalhos de história da Academia buscavam auxiliar no controle do futuro português ameaçado pela constante experiência de crise (SILVA 2010).

Entre as memórias lançadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa, destacamos a produzida por José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838),

⁴Javier Fernández Sebastián, no *Diccionario político y social del mundo iberoamericano* definiu o processo de modernização a partir de uma *transnacionalização* de vocábulos *euroamericanos* e *ocidentais*, que foram adaptados às dimensões nacionais, regionais e locais, o que configurou este processo como um fenômeno cosmopolita e justificaria o fato de nos encontrarmos *ante una pluralidad de modernidades . y también ante una pluralidad de transiciones a la modernidad* (SEBÁSTIAN, 2009, p. 27). Assim, a constituição das particularidades sem deixar de observar as mudanças internacionais, permite, segundo Sebastián, a compreensão da modernização, a partir da delimitação de perspectivas historiográficas globais (Idem, *ibidem*, 2009).

intitulada *Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal*, publicada em 1815. Nesta memória Bonifácio defendia que a restauração do Reino a partir de suas antigas virtudes poderia reestruturar a economia portuguesa deixando-a independente das outras nações. Bonifácio desejava que sua Memória pudesse *despertar a atividade adormecida*, e dirigir com segurança e economia a indústria pública e particular+ (ANDRADA E SILVA, 1815, p. 4 . grifos meus). Esse modelo de história, como demonstrou o trabalho de Valdeci Lopes de Araujo, fazia sentido no contexto da linguagem da Restauração, em que o interesse histórico correspondia mais a uma atualização do que a uma reconstrução do passado, ou seja, a tarefa do historiador era reconhecer e restaurar um princípio defeituoso e readaptá-lo as novas necessidades do período (ARAUJO, 2008).

Mas com a vinda da Corte para o Brasil e com o agravamento dos problemas econômicos e políticos em Portugal, os debates liberais passaram a ganhar força no Reino. Neste período, os portugueses vivenciaram uma ampliação da imprensa marcada por um aumento da circulação de periódicos e panfletos editados tanto em Portugal quanto no exterior. Simultaneamente, a linguagem da Restauração perdia força, pois o *retorno às virtudes*+ tornava-se cada vez mais difícil diante das experiências vividas. O Movimento de Regeneração Vintista intensificou a fragmentação dos planos restauradores, que já vinham sendo fragilizados desde 1808, e impôs a necessidade de criação de novos projetos amparados em bases constitucionais. Em oposição à linguagem da Restauração, a linguagem da Regeneração, que emergiu com o sentimento de esgotamento da história europeia, começou a ter expressividade, e o Brasil passou a ser visto, em especial pelos letrados brasílicos, mas não só por eles, como a possibilidade de um novo começo para o Império Português (Idem, ibidem).

A crescente valorização que o território americano adquiriu no Império português desde a transferência da corte para o Rio de Janeiro acentuou as diferenças entre metrópole e colônia. Assim, estava em pauta, para a administração portuguesa, a capacidade de atender politicamente as demandas das partes europeia e americana do Reino Unido nas novas relações que estavam se desenhando. Manejar a pressão de ambas as partes foi uma árdua tarefa para o governo de d. João VI que precisou repensar os destinos da união entre Brasil e Portugal lidando com as tensões entre as ideias liberais e as práticas do Antigo

Regime. Desde a derrota de Napoleão Bonaparte em 1814 a discussão do futuro do Império amparava-se na necessidade da conservação da integridade dos domínios portugueses e da manutenção da dignidade do trono+(NEVES, 2011, p. 207).

Esse cenário desenrolou-se até 1820, quando a eclosão da revolução constitucionalista do Porto abriria a conjuntura para o colapso das soluções reformistas aos moldes do Antigo Regime, colocando em tela a solução formal/constitucionalista (PIMENTA, 2009; NEVES, 2009). No entanto, apesar da Revolução Vintista promover vitórias referentes às expectativas lançadas no interior do debate liberal português, ela também provocou frustrações dentro deste mesmo âmbito, o que evidencia uma não uniformidade e uma complexidade nas ideias liberais portuguesas (MONTEIRO, 2009). Além do mais, a Revolução de 1820 não promoveu estabilidade política em relação às tensões entre os anseios liberais e as práticas do Antigo Regime - em 1823, a Vila Francada limitou a experiência liberal portuguesa com o fechamento do Congresso por d. Miguel.

Entre 1820 e 1822 várias possibilidades foram extenuadas, e os conflitos da Independência iniciaram um momento de crítica e distanciamento da cultura histórica em vigor no mundo luso-brasileiro. Mesmo para aqueles que defendiam a união com Portugal, a Independência era uma necessidade, ainda que justificada em torno do tema de uma espécie de "independência portuguesa", ou seja, a incapacidade das elites de Portugal em ceder seus interesses em nome de uma verdadeira união com o Brasil. O argumento da "culpa de Portugal" foi um dos temas recorrentes entre os grupos que precisavam lidar com o fato da Independência e legitimá-lo. A Independência, por sua vez, tornou evidente uma descontinuidade discursiva, acentuando e acelerando uma nova experiência de tempo que tanto para o Brasil quanto para Portugal "representou o desafio-limite para o quadro conceitual herdado do século XVIII luso-brasileiro"(ARAUJO, 2008, p. 20).

A Independência do Brasil e a tensão entre a continuidade ou descontinuidade com Portugal

Estudos recentes buscam compreender as especificidades historiográficas no processo de Independência e na construção do Estado Nacional brasileiro. Entre elas, os últimos estudos de Manoel Luiz Salgado Guimarães vinham mostrando que

o campo historiográfico do século XIX no Brasil foi consolidado a partir de diversas tradições em disputa, sistematizando alguns autores e estilos narrativos como clássicos e outros foram legados ao esquecimento (GUIMARÃES, 2007). Após a Independência, diversos letrados produziram narrativas com o objetivo de explicar e justificar a emancipação, embora elas divergissem em alguns pontos relacionados a eventos decisivos daquele acontecimento. Dar sentido à história do Brasil para alguns autores passou pela produção da descontinuidade com Portugal enquanto que, para outros, a continuidade funcionava como um princípio organizador.

José da Silva Lisboa (1756-1835), o Visconde de Cairu, ressignificou em suas obras o processo de colonização portuguesa e atribuiu a ela um caráter fundador, não contraditório com a emancipação política do Brasil. Cairu não encarou a Independência como uma ruptura no processo histórico em sentido individual/evolutivo, mas procurou equilibrar o caráter negativo e positivo das origens coloniais. Sua interpretação revela que o período de 1808 a 1830 foi caracterizado pela disputa e/ou convivência de formas clássicas/primo-modernas e modernas da escrita da história (DINIZ, 2010). Em sentido semelhante, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), em sua *História Geral do Brasil* (1854-1857), procurou demonstrar a continuidade entre o passado colonial e o projeto nacional que vinha sendo produzido. Para Varnhagen, a herança portuguesa conferia um caráter civilizacional ao Brasil que se mantinha através da conservação da monarquia. Em contraponto a perspectiva continuista de Cairu e de Varnhagen, o general José Ignácio de Abreu e Lima (1794-1869), em seu *Compêndio da História do Brasil* (1843), defendeu um distanciamento com a herança portuguesa. Mesmo considerando essa herança civilizada, ela seria nociva à construção de uma nacionalidade e de uma literatura propriamente brasileira (RODRIGUES, 2010).

A discussão em torno da distância histórica entre Brasil e Portugal também teve um significativo espaço na imprensa periódica. Cristiane Camacho dos Santos ressaltou em sua pesquisa a importância dos periódicos na constituição dos espaços públicos do Brasil. Ao analisar periódicos brasileiros publicados em 1821, a historiadora mostrou como o discurso histórico no que diz respeito à leitura da colonização portuguesa da América deu materialidade à singularidade da história do Brasil. Seu trabalho capturou a ambiguidade no interior desses periódicos sobre o papel da colonização portuguesa na América, ora tratada como elemento que teria

trazido unidade à monarquia portuguesa, assim como civilização ao Brasil; ora apresentada como sinônimo de opressão e exploração historicamente qualificadas (SANTOS, 2010).

A história do Brasil: uma experiência cosmopolita

Essas discussões não se restringiram ao âmbito regional ou local. As narrativas sobre o Brasil já estavam relacionadas a uma experiência de escrita da história cosmopolita como mostrou o trabalho de André Ramos. A *History of Brazil* (1810-1819) de Robert Southey (1774-1843) considerada a primeira macronarrativa ilustrada⁵ da então colônia portuguesa abriu uma agenda de estudos sobre como a história do Brasil seria inserida na história do mundo uma vez que não se adequava ao modelo narrativo disponibilizado pela historiografia europeia. No primeiro volume, de 1810, Southey valorizou a especificidade da história do Brasil, concebendo-a como complementar e indispensável à unidade do Império, apesar de situá-la em um nível estético inferior. No segundo volume de 1817, o historiador britânico destacava o caráter incerto do futuro do Brasil, mas compreendia que as referências à literatura portuguesa e à formação da língua moldavam o caráter luso do povo brasileiro. No terceiro volume, de 1819, Southey mantém a argumentação expondo que o povo brasileiro é português na linguagem e nos sentimentos, exaltando a grandiosidade desta herança. Segundo André Ramos, a *History of Brazil* incorpora um enredamento discursivo entre Southey e os membros da Academia Real de Ciências de Lisboa o que explicaria a retomada por Southey da tradição cronística Ibérica (RAMOS, 2013).

O projeto da escrita da História de Portugal por Southey, na qual a *History of Brazil* faria parte, também merece atenção, pois esse projeto apresentou fusões de modelos narrativos importantes para a tradição historiográfica luso-brasileira. Ramos, ao estudar o projeto da História de Portugal, defende que o historiador britânico desejava que ela agradasse ao público leitor português, em especial ao público ligado a Academia Real de Ciências de Lisboa através de demandas

⁵ Por macro-narrativas ilustradas entendemos os relatos que procuravam registrar os progressos de algum campo da atividade humana, sem ainda reuni-los em um conceito singular de progresso geral da sociedade.

historiográficas estabelecidas pela ilustração portuguesa. Simultaneamente, ele desejava que ela refletisse através do estilo empregado suas preferências estéticas que remetiam à contenção emotiva utilizada por Milton, Bacon, Jeremy Taylor e as traduções de Tácito por Thomas Gordon em detrimento de escritores modernos como Gibbon, Samuel Johnson e Hume que Southey criticava pelo *mannerism*. No entanto, as preferências literárias, estéticas e epistemológicas de Southey foram confrontadas com os limites do campo discursivo no qual o historiador britânico se inseria, o que o levou a produzir uma historiografia tal como a praticada por Hume, Robertson, Gibbon e Smith. Essa historiografia desejava compreender temporalmente as leis, os costumes, o comércio, a religião e a literatura, assim como outras manifestações culturais que evidenciavam a diferença das *maneiras* de uma era ilustrada em relação à *brutalidade* que caracterizava a virtude militar antiga. Para esses autores o presente seria uma época mais iluminada do que o passado. Esta compreensão permitiu a elaboração de um modelo de meta-narrativa comum para narrar a consolidação de uma Europa modernizada e enriquecida por um complexo sistema comercial. Isto significa que Southey estava envolvido em uma comunidade linguística preocupada com o que acreditava ser o avanço da sociedade civil.⁶ No campo discursivo da ilustração europeia vigoravam elementos que promoviam a excitação de sentimentos e impulsionavam o despertar da polidez nos diversos públicos leitores. Southey preferia esteticamente a sobriedade e a força das máximas morais de Bacon, Milton, Jeremy Taylor e Tácito por acreditar que eram mais apropriadas para as narrativas exemplares dos vícios e virtudes militares dos monarcas portugueses. Mas o autor considerava necessária a incorporação de certo *manneirism* já que a narrativa também precisaria contemplar *um esboço histórico das maneiras* ou *uma pintura das maneiras vigentes*. O que o trabalho de Ramos tem mostrado ao analisar tanto a *History of Brazil* quanto o projeto da História de Portugal é uma fusão de interesses narrativos e linguísticos portugueses com as preferências tanto temáticas quanto estéticas britânicas, o que evidencia que essas discussões historiográficas não eram determinadas por um local específico, mas construídas internacionalmente (RAMOS, 2013).

⁶ Compreendemos por *comunidade linguística*, um universo discursivo específico preenchido por ideias e temas determinados, em que os integrantes, por meio de leituras e diálogos, vão expandindo e complexificando tal agenda de discussão (POCOCK, 2003).

Em 1815 fora publicada na França a *Histoire du Brésil* escrita pelo francês Alphonse de Beauchamp (1769. 1832) em um momento em que a memória sobre a Revolução Francesa estava em disputa. Essa história procurava mostrar para o público francês como a América Portuguesa despontava como uma nação que começava a trilhar o mesmo caminho das nações civilizadas. O trabalho de Bruno Medeiros, a partir da análise das tradições historiográficas antigas e modernas presentes na *Histoire du Brésil*, mostra como essa obra se conectou a projetos historiográficos e políticos de consequências decisivas para os futuros debates acerca de Portugal e sua colônia americana. Beauchamp afirmara que não existia nenhuma história geral e completa sobre a América Portuguesa, não apenas em língua francesa, mas em qualquer outra. Além do mais, o historiador considerava que um país pouco conhecido como o Brasil não poderia ser tratado como um país da Europa, por esta razão, julgou necessário estudar simultaneamente Portugal e sua colônia americana a fim de melhor traçar as características e costumes do Brasil, destacando que Portugal desempenharia em sua história um papel apenas acessório e episódico. O autor adotou o método de uma historiografia cumulativa em que interessava os novos dados fornecidos pelo estudo do passado. Na *Histoire du Brésil*, esse passado era o passado português, mas com ênfase nos acontecimentos da América Portuguesa. A história de Beauchamp valorizava o espaço de experiência histórica do Brasil em detrimento do Reino de Portugal, e com isso reforçava a ideia de que a decadência de Portugal só poderia se atenuar a partir de sua regeneração impulsionada pelo novo centro do Império, seu território americano. Por esta razão, a obra do historiador francês foi bem recebida e rapidamente traduzida em Portugal por aqueles que consideravam o Brasil como a possibilidade do Império Português recuperar seu espaço entre as potências européias (MEDEIROS, 2012).

Após a fragmentação do Império Português, Medeiros demonstrou como a obra de Beauchamp fora rechaçada por Varnhagen, que acusou o historiador francês de plagiário da obra do historiador britânico. Essa acusação já havia sido feita por Southey no segundo tomo da *History of Brazil* (1817), obra que Varnhagen admirava pelo fato de Southey seguir o uso de todos os historiadores modernos. Varnhagen retomou a condenação de Beauchamp por Southey para reprovar o *Compêndio da História do Brasil* de Abreu e Lima, pois o general teria seguido,

assim como Beauchamp, os pressupostos memorialistas da história contemporânea, que os identificava à prática do plágio. Tanto Beauchamp quanto Southey apresentavam posicionamentos políticos semelhantes em suas respectivas *Histórias*, pois se opunham às revoluções na Europa e na América. No entanto, para Medeiros, os métodos de erudição e escrita da história eram distintos, e com base nesta distinção Varnhagen criticou o *Compêndio* de Abreu Lima, pois além de seguir o método de Beauchamp, o general teria cometido outro grande equívoco aos olhos de Varnhagen: ele deixara dúvidas sobre a existência de uma literatura nacional autônoma, questão que em sua *História Geral do Brasil* buscou refutar. Varnhagen considerou a *History of Brazil* de Southey uma propedêutica à sua obra ao empregar a erudição moderna, além de fazer justiça histórica à civilização do Brasil pelos portugueses.

Após a Independência, outra *History of Brazil* (1836) fora escrita pelo inglês John Armitage (1807-1856) que desejava que este livro atuasse como uma continuidade da obra de Southey. Flávia Varella estudou a relação desta obra com a formação da historiografia em vigor no Brasil das primeiras décadas do século XIX. Para a historiadora existe uma estreita ligação entre os ideais de civilização do Império Britânico e certos aspectos da obra de Armitage, tais como a centralidade do comércio como propagador da sociabilidade moderna e do dinamismo necessário para que as nações pudessem chegar ao estado civilizado. Varella analisou a História de Armitage no que tange ao surgimento de uma narrativa sentimental e da *linguagem do humanismo comercial*.⁷ Ela defendeu a hipótese de que a obra de Armitage pode ser considerada uma narrativa que buscou incorporar práticas de presença por meio da utilização do sentimento, para produzir simpatia do leitor pela obra, suprimindo interpretações de sentido e buscando a quebra do distanciamento histórico. Ela explorou também a recepção da obra pelos contemporâneos

⁷ Pocock investigou algumas consequências historiográficas da descoberta de que, paralelamente à história do liberalismo, que é uma história em que aparentemente prevalecia lei e direito, existiu no início da modernidade uma história do *humanismo cívico*, no qual a individualidade era ponderada em termos de virtude. A virtude passou a ser determinada através do conceito de maneiras. O indivíduo se via compensado pela perda da antiga virtude através do desenvolvimento de sua personalidade. O encontro com as coisas e as pessoas evocavam paixões e simultaneamente as refinavam transformando-as em maneiras, sendo o comércio o responsável por refinar as paixões e polir as maneiras. Desta forma, o embate discursivo entre o humanismo cívico e o humanismo jurídico, compatibilizou *virtude* e *comércio*, sem que isso provocasse a corrupção do cidadão, o que significava que virtude e comércio eram conceitos que não mais estavam em vocabulários políticos opostos, dando origem a chamada *linguagem do humanismo comercial* (POCOCK, 2003).

brasileiros de Armiatage argumentando que partes da *History of Brazil*, marcadamente inscrita dentro de uma historiografia de presença, não foram consideradas como uma possibilidade de narrativa para a história nacional pela grande maioria dos historiadores brasileiros oitocentistas. Ao analisar a recepção da obra em três periódicos editados no Rio de Janeiro em 1837, percebeu que as preocupações historiográficas brasileiras tinham um horizonte bastante diferente do britânico. Outra razão para a dificuldade de aceitação da obra entre o público brasileiro, segundo Varella, deve-se ao relato da Independência brasileira como um processo em que os %conselheiros imperiais+ e a vida privada exerceram grande influência nas decisões de d. Pedro I e, por consequência, no destino da nova nação (VARELLA, 2011).

Considerações finais

Procuramos ao longo deste texto explorar como as narrativas mencionadas enfrentaram o problema da distância histórica entre Brasil e Portugal a partir de um complexo repertório discursivo que envolve, além de métodos de escrita e erudição, distintas compreensões acerca dos conteúdos fundamentais à formação da nação. Tendo todas elas se posicionado diante da colonização portuguesa, ora caracterizada como uma herança civilizada, ora determinada como decadente. No entanto, observamos que essas narrativas constituem apenas parte do enfrentamento destinado a mediação da distância histórica entre Brasil e Portugal. Há um amplo conjunto de autores e fontes sobre o tema que não foram estudados pela tradição e que se apresentam como um campo a ser explorado pela história da historiografia. Acreditamos que os trabalhos mencionados neste artigo ofereceram um avanço à prática historiográfica no que diz respeito ao levantamento de novas agendas investigativas e, que juntamente com o estudo de outras fontes permitirá o afastamento da compreensão da modernidade no mundo luso-brasileiro como incompleta e inacabada, que estaria sempre por se realizar. Acreditamos, ainda, que a história da historiografia em um movimento de ampliação de seu escopo documental e de seus problemas permitirá a identificação de uma modernidade que evidenciava desde o início seus próprios limites e contradições.

Referências Bibliográficas

- ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *Memória sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Ciências, 1815.
- ARAUJO, Valdei Lopes de & PIMENTA, João Paulo. História. *Ler História*. V. 5. Lisboa, 2008, p. 83-96.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. *A Experiência do Tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- DINIZ, Bruno. *Da Restauração à Regeneração: Linguagens Políticas em José da Silva Lisboa (1808-1830)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, 2010.
- GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In.: *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. José Murilo de Carvalho (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise: uma contribuição à potogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.
- MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. São Paulo: Paco Editorial, 2013.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Liberalismo . Portugal. In.: SEBASTIÁN, Javier Fernández. (Dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. Conceptos políticos en la era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid: Fundación Carolina, 2009, p. 825 - 835.
- MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra, Edições Minerva, 2003.
- NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Estado e política na Independência. In.: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 95 . 136.
- _____. O governo de d. João: tensões entre ideias liberais e as práticas do Antigo Regime. In.: CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

- PHILIPS, Mark. *Society and Sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740 . 1820*. Princeton University Press, 1997.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. A Independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. In.: *História da Historiografia*, Ouro Preto, número 3 . setembro 2009, p. 53-82.
- POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- RAMOS, André da Silva. *Robert Southey e a Experiência da História de Portugal: Conceitos, Linguagens e Narrativas Cosmopolitas (1795-1829)*. Dissertação de Mestrado: UFOP, 2013.
- RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói*. Os primeiros Românticos e a civilização do Império do Brasil. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011.
- RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *O Compêndio da História do Brasil: um projeto de civilização para a nação brasileira*. In.: *Anais do III Simpósio Impérios e Lugares no Brasil: Itinerários da Pesquisa Histórica: Métodos, Fontes e Caminhos Temáticos*. Mariana: DEHIS/UFOP, v. III, 2010.
- ROSA, Giorgio de Lacerda. *A Suprema Causa Motora: o providencialismo e a escrita da História no Brasil (1808-1825)*. Dissertação de Mestrado: UFOP, 2011.
- SANTOS, Cristiane Camacho. *Escrevendo a história do futuro: A leitura do passado no processo de Independência do Brasil*. Dissertação de Mestrado: USP, 2010.
- SEBASTIÁN, Javier Fernández. *¿Hacia una historia atlántica de los conceptos políticos?* In _____. (Dir.). *Diccionario político y social el mundo iberoamericano*. Conceptos políticos en la era de las revoluciones, 1750-1850. Madrid: Fundación Carolina, 2009, pp. 23-45.
- SILVA, Ana Rosa Cloctet da. *Inventando a nação: Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista. Uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720-1721). *História da Historiografia*, v. 03, 2009, p. 204-235.
- SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. *Maquinações da Razão Discreta: Operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa(1779-1814)*. Tese de Doutorado

apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

SILVEIRA, Pedro Telles da. *O cego e o coxo: Crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasileira dos Esquecidos (1724-1725)*. Dissertação de Mestrado: Mariana. UFOP, 2012.

VARELLA, Flávia Florentino. *Da Impossibilidade de se Aprender com o Passado: sentimento, comércio e escrita da História na História do Brasil* de John Armitage. São Paulo: Dissertação de Mestrado, 2011.

Recebido em 15 de fevereiro de 2014.

Aceito em 14 de abril de 2014.